



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Território, Poder e Conflito

As mulheres catarinenses e as representações inacabadas: as guerreiras que viraram prostitutas na narrativa falha de coibir a resistência

Angela Zatta
Diego da Luz Rocha

Resumo:

Discorrer sobre a atuação das heroínas da Guerra do Contestado, mais do que fazer uma história das grandes figuras, constitui em retirá-las do esquecimento ou das categorias estigmatizantes que buscam reduzi-las ou negar sua existência. Para analisar a representação de Chica Pelega e Maria Rosa na literatura sobre o Contestado, buscou-se uma pesquisa bibliográfica capaz de fundamentar a discussão sobre gênero e território, bem como representar suas atuações. Assim, foi possível determinar não somente a sua existência, mas também sua presença nos contextos de resistência a exemplo do Movimento das Mulheres Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Palavras-chave: Guerra do Contestado; Maria Rosa; Chica Pelega; Santa Catarina; Resistência.

Abstract:

Discussing the actions of the female heroes of the Contested War rather than making a history of the great figures is to remove them from oblivion or stigmatizing categories that seek to reduce or deny their existence. In order to analyze the representation of Chica Pelega and Maria Rosa in the literature on the Contestado, we searched for a bibliographical research able to base the discussion on gender and territory, as well as to represent their actions. Thus, it was possible to determine not only their existence, but also their presence in contexts of resistance such as the Movimento das Mulheres Camponesas and the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Keywords: Contestado War; Maria Rosa; Chica Pelega; Santa Catarina; Resistance.

1. INTRODUÇÃO

Falar em gênero pressupõe a discussão inicial da dimensão do conceito que Lauretis (1994, p. 210) define como a representação de uma relação, pois “constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer”. Ao entender gênero como a representação de uma relação social é possível compreender que o termo supera o sexo biológico para encarar o sexo



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

social, produzido social e permanentemente da forma em que cada sociedade articula em seu próprio espaço-tempo as relações entre homens e mulheres. A partir dessa análise, Carloto (2001) defende que a noção de gênero passa a ter um duplo caráter epistemológico para funcionar como uma categoria descritiva da realidade social ao promover visibilidade para as mulheres e referir-se às diversas formas de discriminação e opressão, ao mesmo tempo em que pode ser vista como uma categoria analítica para apresentar um novo esquema de leitura dos fenômenos sociais.

Diniz (2014) propõe pensar o gênero como um regime político, a partir do entendimento de Wittig (1992) – que vê, por sua vez, a heterossexualidade como um regime político baseado na submissão e apropriação das mulheres – cuja instituição fundamental é a família reprodutora e cuidadora, enquanto o patriarcado adquire a forma de uma tecnologia moral. É assim que “formamos e conformamos os corpos pela moral patriarcal: a subalternização de mulheres a homens é uma de suas leis; outra é a abjeção aos fora da norma heterossexual” (DINIZ, 2014, p. 19-20). Neste trabalho, não nos cabe discutir a abjeção àqueles e àquelas que fogem da norma heterossexual, mas sim, discorrer sobre as formas de enfrentamento da moral patriarcal a partir da experiência de três mulheres catarinenses para provocar um diálogo com as atuais representações da mulher na sociedade brasileira, notadamente, duas mulheres invisíveis para quase todo o Brasil, cabendo excessão para alguns estudiosos do Contestado, a guerra no caso, para pesquisadores sulistas e alguns sudoestinos, uma pequena parcela da população de Santa Catarina e do Paraná, ouviu falar delas nos últimos anos.

2. TERRITORIALIZANDO GÊNERO

O território, segundo Santos (1988), ocorre a partir da transformação do espaço por intermédio de uma ou mais ações humanas que buscam consolidar seus anseios econômicos, culturais ou políticos. A definição de um território, por sua vez, pode ser vista como “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFESTIN, 1993, p. 143). Ao ser imerso neste tipo de relações, pode-se afirmar que o território original passa a adquirir características de dominação e/ou apropriação da sociedade-espaço, desdobrando-se, segundo Haesbaert (2004, p. 95-96) “ao longo de um *continuum* que vai da dominação



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica”.

Se a dominação e apropriação de um território constituem um processo, é válido distinguí-los por meio dos sujeitos que os constróem para que seja possível compreender qual exatamente é o lugar de cada indivíduo no contexto social e político em que se insere e ainda a quem serve a ocupação deste lugar definido e, contrariamente, a subversão dessa ordem. Sack (1986, p. 219) defende que a territorialidade, como um componente de poder, não se constitui apenas como um meio para criar e manter a ordem dominante, mas vai além para adquirir o caráter de “uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado”. Assim, pode-se perceber que o território é funcional e simbólico, já que exerce domínio sobre o espaço para realizar funções e produzir significados.

A partir da produção de significado, pode-se colaborar com a visão de Silva (2003) sobre a percepção de que o gênero é o conjunto de ideias construído por uma cultura e que determina o que é “ser mulher” e “ser homem” como um resultado das lutas sociais e da vivência cotidiana. Para a autora, muitos pesquisadores têm buscado afirmar que há uma forma específica de se fazer a geografia feminista, embora o ponto central deste tipo de estudo seja o fato de que mulheres e homens se posicionam no mundo de forma diferente, o que altera, também, a sua relação com os lugares. “Além disso, essas diferenças são resultado de um conjunto de elementos reveladores da opressão das mulheres pelos homens em diferentes lugares e em diferentes tempos” (SILVA, 2003, p.36). Entretanto, os próprios lugares como ambientes construídos refletem os estereótipos de feminino e masculino, permitindo a visualização do planejamento urbano funcionalista e racionalista que dominou a concepção das cidades como uma forma de aprisionar mulheres em determinados lugares ao separar as áreas comerciais e industriais das residenciais, acentuando a divisão do trabalho com base no gênero.

Uma interessante proposta conceitual é apresentada por Gillian Rose, a qual afirma que as cidades formam uma teia multidimensional de inúmeras sociabilidades que possuem suas próprias espacialidades. Algumas destas teias se interceptam, outras são autônomas, complementares e ainda contraditórias e, além disso, estão em constante movimento de transformação no tempo e espaço. Em sua proposta teórica, as mulheres somente alcançam visibilidade no espaço quando observadas através do espaço da luta e resistência (SILVA, 2003, p.39).

A visibilidade das mulheres provém, portanto, da luta por uma reterritorialização em que o território original, ditado sob uma lógica masculina, deixa de fazer sentido e passa a adquirir um novo significado. Ao territorializar e reterritorializar os espaços onde vivem, as



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

mulheres moldam as relações de poder no sentido de reverter os sistemas que as oprimem enquanto elementos do gênero feminino e passam a ter a possibilidade de ocupar lugares masculinizados, de acordo com os estereótipos de gênero. Essa visão é muito mais clara ao observar cenários de guerra, especialmente aqueles em que há uma reversão (mesmo que parcial e pontual) dos papéis de gênero e as mulheres adquirem posições de liderança.

A História das Guerras é uma das formas mais tradicionais de escrita historiográfica e carrega, em conjunto, a chamada “História dos Grandes Homens”, parcialmente encerrada depois da Escola de Annales e contra a qual era dirigido o seu programa (BARROS, 2012). De acordo com um de seus maiores expoentes, destronar a história política foi o objetivo número um dos Annales e segue como uma preocupação para a história nova, pois percebe-se no século XX uma História com uma nova concepção do que é político (LE GOFF, 2011) e da política em si, variantes da própria noção de poder.

A narrativa tradicional centrava-se nas causas e consequências das guerras, na atuação de generais e descrição de batalhas, mas foi a partir da ruptura e da compreensão ampliada do que é o poder e o fazer político, que instala-se a possibilidade de narrar as guerras a partir das perspectivas de gênero para inovar a escrita da história e perceber a construção ou dissolução das identidades, bem como observar a guerra como política de gênero (PEDRO, 2005). Segundo Pedro (2005), o reforço ou não das fronteiras de gênero na guerra é um alvo de grande discussão, pois durante muito tempo foi disseminada a ideia de que o envolvimento das nações nas duas grandes guerras mundiais carrega parte da responsabilidade sobre a presença das mulheres no espaço público, especialmente por sua atuação nas fábricas e diversos setores, antes apenas masculinos. Para a autora, outras como Françoise Thébaud mostram como as guerras interrompem o movimento feminista que, especialmente na I Guerra Mundial, lutava pelo direito ao voto. Igualmente, estudos dessa natureza também têm apontado como as nações em guerra reformam identidades de gênero para, após as guerras e como solução às crises demográficas, abrem espaço para o enaltecimento da maternidade (PEDRO, 2005).

A guerra como luta armada em defesa da vida e do território é um espaço masculino de atuação e dialoga com o estereótipo de masculinidade. Cacchetto (2004) insite que ser homem no período anterior à “crise da masculinidade” implicava em não ter medo, não chorar ou demonstrar sentimentos, arriscar-se diante do perigo, demonstrar coragem e ser ativo.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Embora esse modelo hegemônico de masculinidade construído a partir de valores patriarcais e machistas já tenha sido tão amplamente criticado e mesmo que em época recente ele conviva com outros modelos, ainda prepondera a noção de que existe associação entre essa masculinidade viril, competição e violência (SOUZA, 2005, p. 60)

Scott (1995) esclarece que o modo como as diferenças sexuais são construídas e trazidas para as práticas sociais para se tornar partes do processo histórico colabora com a construção do gênero ou do que é entendido como feminino e masculino, posto que o gênero é a organização social da diferença sexual. Em território contestadense é possível encontrar alusão às mulheres guerreiras que fornecem uma análise interessante sobre os papéis de gênero em um cenário de guerra. Elas são muitas na Guerra do Contestado, sendo que a maioria seguiu o esteriótipo feminino da sociedade regional, que era patriarcal e machista, enquanto umas poucas, acabam se revelando num processo maior e mais importante, no decorrer de quatro anos de guerra civil.

3. A GUERRA DO CONTESTADO: AS GUERREIRAS CONTRA O GENOCÍDIO ANUNCIADO

Fraga (2006) destaca que a Guerra do Contestado foi alimentada por muitos fatores que se entrelaçam, seja por ordem econômica, cultural, religiosa, social ou política. A contenda política gira em torno das questões não resolvidas sobre os limites territoriais entre o Brasil e a Argentina e ainda entre Santa Catarina e São Paulo e, por fim, entre o estado catarinense e o Paraná, mas que, para além dos colarinhos brancos, envolvia uma população formada “por diversas famílias, muitas compostas por antigos peões, agregados, ex-escravos, negros libertos ou fugitivos, que abandonaram as antigas fazendas de criação onde viviam, tornando-se independentes” (BRANDT, 2007, p. 01). Economicamente falando, a região vivenciava o período denominado por Marx como pré-capitalista, descrito por Reis (1996, p. 49) como o modelo “em que o trabalhador não é exterior à terra, possui as condições objetivas do seu trabalho e não é exterior à comunidade: os homens estão imersos na terra e na comunidade”.

Mas a lógica capitalista se insere de maneira brutal na região a partir da instalação da *Brazil Railway Company*, uma *holding* estadunidense que adquire os direitos de construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (que corta a região do Contestado de Norte a Sul, acompanhando o Rio do Peixe), bem como de uso e gozo de uma extensão



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

de 15 km de terra para cada margem da ferrovia, a qual poderia ser explorada pela Companhia e posteriormente vendida a colonos imigrantes ou nacionais de acordo com o Decreto 10.432 do Governo Imperial, ampliado pela República. Segundo Espig (2008, p. 117) a imigração e a colonização tratam-se de “um verdadeiro plano de colonização embutido na concessão da EFSPRG e que, caso fosse conluído, teria modificado as condições históricas de colonização da zona servida pela ferrovia em questão”. Para usufruir de seu território, a Companhia lançou mão de extrema violência. “Aos posseiros que ousava se opor às medidas de despejo, a Brasil Railway enviava elementos de seu corpo de segurança, que contava com 200 homens armados” (FRAGA, 2010, p. 123).

Os posseiros eram ninguém menos do que os caboclos e as caboclas que habitavam a região secularmente. Com forte religiosidade, tinham guerreiros como santos de devoção a exemplo de São Sebastião e São Jorge, e se conectavam com a presença de figuras místicas, os Monges, considerados pelos sertanejos como curadores e santos. De acordo com Queiroz (1981), João Maria era muito procurado para fornecer remédios e receitava um chá de vassourinha do campo ou vassourinha do monge. Mas as virtudes não estavam somente na planta, que poderia ser colhida a qualquer tempo, mas no ato de ser receitada pelo Monge.

Esta mesma força mágica ou milagrosa transmitia-se a tudo que João Maria tocava. Quando mudava de pouso, atiravam-se os crentes à cinza da sua fogueira: costurada num *breve*, dependurado ao peito, servia para evitar as *coisas ruins*. Atribuíam-se também propriedades miraculosas à água da nascente ou riacho onde o monge bebera. Enchiam-se garrafas e as transportavam a longas distâncias. Muitas vezes se erguia no pouso uma cruz de cedro não falquejado, que depois tornava a brotar e virava árvore: proclamava-se que era um novo milagre. Em geral, o lugar ficava sagrado (QUEIROZ, 1981, p. 50)

Para além das atribuições de curador, João Maria preenchia perfeitamente a função de sacerdote, adquirindo uma nova representação. “O Monge João Maria transforma-se em São João Maria, santo de grande devoção, expresso pela oralidade e pelas marcas materiais” (ESPIG; KUNRATH, 2018, p. 139). Vasconcellos (2008) ilustra um caso de devoção embazado na análise de Queiroz (1981) ocorrido com a mãe de Chica Pelega, pois ela conseguiu engravidar por meio de um milagre do Monge João Maria. Este fato contribui para compreender a relação construída entre Chica e seu padrinho, o próprio Monge, tornando-a reconhecida como herdeira de João Maria no que se tange aos conhecimentos de plantas medicinais, cuidados com pessoas e animais, luta por justiça, simplicidade e honestidade. Com extrema dedicação, Francisca Roberta acabava por receber presentes das pessoas que ajudava e foi assim que ganhou de um fazendeiro um cavalo e depois uma



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

espécie de manta de lã, felpuda como um pelego. “E vestida com seu manto/pelego e montada a cavalo, diziam que se via a Chica Pelega correndo pelos campos, e o apelido Chica Pelega ia cada vez mais se esparramando pelo barrancos de São Sebastião: Chica Pelega Guerreira de São Sebastião” (VASCONCELLOS, 2008, p.92).

Morando próximo à estação Limeira, a família de Chica foi expulsa de suas terras pelas Companhia e seu pai e tio friamente assassinados. Este fato levou Chica e sua mãe a perambularem pela mata na companhia de outros escorraçados. No grupo, a jovem adquiriu uma liderança natural e conduziu-o à festa do Senhor Bom Jesus de Taquaruçu, para onde se dirigia o Monge. O Monge em questão já não era João Maria, mas José Maria, uma reencarnação do primeiro, que cuidava dos doentes e, este último, foi morto na primeira batalha oficial da Guerra do Contestado, ocorrida em Irani em 1912.

Com a morte de José Maria e lançado o estopim da Guerra, Chica Pelega revelou coragem e bravura ao enfrentar as tropas do Exército brasileiro e da Polícia de Santa Catarina nos ataques à Taquaruçu nos anos seguintes. Eternizada na música a partir dos versos de Vicente Telles, Chica Pelega que defendeu mulheres, idosos e crianças no Massacre de Taquaruçu em 1914, permanece viva na memória da população do Contestado, ciente que “Quem viu Chica Pelega, viu fogo no céu e viu sangue no chão”.

Chica Pelega não morreu na primeira batalha ocorrida em Taquaruçu em 1913. Depois do ataque orientado pelo plano de Gustavo Lebon Régis, Secretário Geral do Estado de Santa Catarina, uma nova mulher tomou a frente dos caboclos e das caboclas para promover a evacuação do reduto – Maria Rosa.

Maria Rosa, aos 15 anos, em meio a orações, entrava em transe e discursava dizendo receber ordens do monge José Maria. Durante os tranSES tinha visões de batalhas e, daí em diante, era ela quem definia as ordens recebidas pelo espírito do monge para organizar o comportamento do grupo. Com o passar do tempo, além de líder espiritual, a virgem Maria Rosa se transforma em chefe militar e comandou a retirada estratégica, após a primeira batalha de Taquaruçu, em 1913, para o novo reduto em Caraguatá. (RUBIM, 2008, s/p)

Maria Rosa, segundo Zatta, Rocha e Fraga (2018), se tornou mulher por volta dos 15/16 anos de idade para liderar seu povo em uma das maiores guerras civis ocorridas no continente americano, tendo a astúcia política e controle territorial de uma vasta área do sertão sulista ocupando a posição de líder máxima do povo caboclo. Queiroz (1981) aponta que era vista como a principal representante da vontade do Monge e dele conhecia os secretos desejos. Também era sua responsabilidade a instrução militar o que permitiu que deixasse de ser a líder espiritual que recebia as ordens do Monge José Maria para se tornar



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

em chefe militar que comandou a retirada estratégica dos caboclos em guerra para o novo reduto de Caraguatá. Além disso, “seu serviço de espionagem, chamado de bombeiros, por exemplo, são relatados por militares como imprescindíveis para a manutenção do povo em guerra por quatro anos seguidos” (ZATTA; ROCHA; FRAGA, 2018, p.3).

De acordo com Auras (2015), Maria Rosa era considerada uma santa pelo povo, pois representava com fidelidade a vontade do Monge, sendo obedecida sem objeções. A figura do Monge, recorrente ao redor da mulher, lhe garantia o concenso dos demais e legitimava suas ordens que tratavam de organizar e dirigir a vida coletiva.

As posições de liderança, diferentemente do que acontecia fora do reduto, não eram algo outorgado, mas algo vivamente conquistado no dia a dia. Os líderes apresentavam determinados conhecimentos e práticas religiosas (rezar, benzer, etc.), sendo fervorosos crentes. Na medida em que se acirrou o conflito com as forças policiais, passou a ser importante, também, a capacidade de estabelecer estratégias militares. A regra básica desta vida comunitária encontra-se sintetizada na seguinte afirmação: “Quem tem mói, quem não tem, mói também, e no fim todos ficam iguais” (AURAS, 2015, p. 93).

A Virgem “era considerada uma santa e que ela tudo sabia” (SILVA, 2010, p. 58). Maria Rosa comandou os caboclos a partir de técnicas de guerrilha desconhecidas pelos soldados, tornando-se líder máxima a partir da grande vitória sobre as tropas federais em Caraguatá. Mas com o avanço do Exército, que passou a reunir mais de 8.000 soldados até 1915 (FRAGA, 2006), a comandante ordenou que seu pessoal migrasse para redutos menores e mais seguros como Pedra Branca, Santo Antônio, Santa Maria, Caçador Grande, Tamanduá e outros. Os sertanejos reunidos nos redutos somavam mais de 3.000 homens no “Exército Encantado”, carregando armas brancas; mais 200 homens do “Exército de Cavalaria”, armados com winchesters e mausers; 24 Pares de França, homens da guarda; 25 homens do “Piquete da Avançada”; cerca de 2.000 mulheres com mais de 17 anos em condições de lutar e mais 500 crianças aptas para auxiliar na retaguarda. Sob o comando de Maria Rosa, Fraga (2017) pontua que a resistência cabocla alcança máxima aglutinação, pois a Virgem parecia ter conseguido unificar a causa cabocla.

Maria Rosa, a guerreira do Contestado, líder máxima e mulher-menina de prestígio, volta a torna-se apenas mais uma menina-mulher nos meses finais da Guerra do Contestado, com a ascensão e o retorno dos homens de “briga” ao poder, isso depois de ter “perdido o aço”, ao ter mudado seu olhar, ao olhar da própria sociedade cabocla, quando deparou-se com o culto Mattos Costa, mas, nada disso retira dessa personagem invisível, dentre as heroínas brasileiras, o papel ávido da transgressão vivida na periferia do sistema patriarcal e coronelista do sertão brasileiro. Maria Rosa, a Joana D’Arc do Sertão do Contestado, é uma guerreira e heroína invisível dentre tantas outras mulher fantásticas produzidas na resistência dos perseguidos desta Nação, mas para o folclore e a música catarinense, ela se encontra em pé de igualdade com Anita Garibaldi, a heroína do Litoral, sendo Maria Rosa, a heroína da Serra Acima – um estado com nome e personagem mulher – tendo duas mulheres na construção territorial e unificação da terra barriga verde –



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

no mínimo contraditório, em terra tão machista (ZATTA; FRAGA; ROCHA, 2018, p. 10).

4. GUERREIRAS INSEPULTAS: MITOS, IMAGINAÇÕES, PROSTITUIÇÃO E RESISTÊNCIAS

Felippe (1995) afirma que, no ataque a Taquaruçu, Chica Pelega estava dentro da igreja transformada em hospital onde se refugiaram as mulheres, idosos e crianças diante do bombardeio das tropas do governo. Vasconcellos (2008), por sua vez, diz que seu corpo jazia na lama crivado de balas. Entretanto, a morte de Chica Pelega não é um consenso na literatura sobre o tema. Grimes, Couto e Formentin (2017) pontuam que Chica pode não ter morrido na guerra, segundo depoimento do historiador Luiz Alves. Segundo a pesquisa, ela estava fora da igreja no momento do ataque e teria sobrevivido para viver na clandestinidade – uma personagem feminina tão forte, não poderia simplesmente ter um final vulgar, seja no ataque ao Taquaruçu ou noutro reduto, seu espírito haveria de vagar sobre as lendas e “causos” do sertão do Contestado, mantendo-a viva, em meio há tantas contradições, até os dias atuais, sendo uma heroína secular.

Valentini (2000, p.117) aponta a tese de que Chica Pelega “é pouco citada nos livros e para muitos nem existiu”, contando com a colaboração de Vasconcellos (2008, p.21) “Chica Pelega, *independentemente de sua existência física*, significa a indignada síntese de uma coletividade injustiçada” (grifos nossos). Mas a quem interessa negar a existência de uma mulher guerreira, sinônimo de luta, solteira, que deu a sua vida em defesa dos demais?

Antes de responder, cabe lançar luz sobre outros aspectos da representação dessas mulheres, desta vez ligadas a José Maria. Thomé (1992, p.82) aponta que “para atendê-lo, passou a contar com duas ‘virgens’ (serviçais): Durvalina, de 11 anos, e Teodora, de 12 anos, que compartilhavam seu leito”. A observação do autor não é nova e já havia sido contestada por Queiros (1981, p. 80) ao julgar “inverossímil que ele tenha mantido relações estreitas com meninas ainda impúberes”, mas forneceu base o suficiente para que uma série de obras posteriores retratassem José Maria como abusador de menores e as Virgens como prostitutas, seja a seu serviço ou aos demais líderes. Não é à toa que Pozzo (2005, p. 51) afirma que as Virgens como Maria Rosa, “eram retratadas como prostitutas, que serviam os intentos bestiais dos comandantes, e soldados do Exército de São



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Sebastião” segundo as versões oficiais do conflito – é a força do machismo regional, sobremaneira dos militares, que ajudou na perpetuação dessa leitura sobre o papel das virgens do Contestado.

Além disso, o suposto relacionamento amoroso entre o Capitão Mattos Costa e a Virgem Maria Rosa teria sido uma das causas responsáveis por fazer Maria Rosa “perder o aço” e assim o comando do grupo. Com a ascensão de Chiquinho Alonso, a Virgem reconhece que “está perdendo a santidade” (AURAS, 2015, p. 116). Ao perder a santidade, Maria Rosa perde o poder de se comunicar com o Monge José Maria, receber suas ordens e, por consequência, liderar a causa cabocla. Teria esta sido uma representação equivocada de que a santidade perdida poderia significar um desfloramento?

Ocorre que o discurso e a representação se situam em um campo estratégico de poder no fazer histórico (TEDESCHI, 2007), pois estão imbricados em relações de poder capazes de definir o que dizem e como dizem sobre os outros. A linguagem e o discurso podem produzir subjetividades particulares e identificar suas conexões com desejos e poder de indivíduos ou grupos.

Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais. O que pode levar a uma espécie de auto depreciação ou até de auto desprezo sistemáticos, principalmente visíveis, na representação como as mulheres fazem (...) A violência simbólica se institui por meio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante quando ele não dispõe, para pensa-la e para se pensar, ou melhor, para pensar a sua relação com ele mais do que instrumentos de conhecimento que ambos tem em comum e que, não sendo mais a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural (BOURDIEU, 1999, p.47).

Os caboclos e as caboclas foram dizimados pelo Exército nacional até 1915 e seu genocídio continuou nos anos seguintes quando, ao abandonar o sertão catarinense, o mesmo exército deixou suas armas com os coronéis da região para que terminassem o serviço e caçassem os remanescentes dos redutos nas matas. A visão oficial da Guerra, especialmente baseada nas obras dos militares que acumularam revêzes por quatro anos antes de saírem vitoriosos diante de um grande grupo de pessoas sem ensino formal e acesso a qualquer tipo de assistência do estado, criou no imaginário popular brasileiro um grupo de ignorantes, fanáticos, seduzidos por mensagens messiânicas, bandoleiros que “surgiam dos mais diversos pontos, lutavam por diferentes bandeiras, colocando em risco a vida de muitas pessoas. Os jagunços haviam se tornado perigosos e nada temiam” (SCAPIN, 1996, p. 45). Eis aqui um ponto importante para a análise em tela, o uso do termo jagunço se espalhou como praga pela região, fazendo como que todos os caboclos e



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

caboclas fossem apontados como jagunços ou como jagunças, sendo esta uma afirmação/colocação errônea, pois os caboclos e caboclas foram os habitantes daqueles sertões desde muitas décadas antes da guerra, e acredita-se que sua existência seja registrada desde o século XVII, enquanto que os jagunços, de fato, eram contratados pelos coronéis e pelo próprio Exército brasileiro para ampliar as frentes de destruição dos redutos e aniquilamento do povo caboclo – os jagunços são os mercenários dessa guerra e os caboclos e as caboclas são massacrados pela jagunçada.

Há vários outros “equivocos” sobre o papel das mulheres na Guerra do Contestado, como exemplo, um rede de televisão importante do Paraná, nas “comemorações” dos centenários da Guerra do Contestado, entre os anos de 2012 e 2016, lançou um livro de imagens de personagens e acontecimentos da guerra, sendo que a ampla maioria retrata os soldados oficiais, as polícias, os generais, os tenentes, os caboclos e caboclas rendidos pelas forças, a entrada do Capital na região e, num dado momento, no livro, aparece a foro do líder caboclo Alemãozinho, cuja legenda dizia que o mesmo havia fugido com Maria Rosa para o rio de Janeiro ao término dos combates e vitória da República – algo minimamente leviano, pois não há nenhuma menção a tal fato na literatura, assim como não há fontes da história oral que a confirmem. Mas isso resume como que as mulheres líderes na guerra foram sendo tratada, por cem anos, pelas elites vitoriosas e seus meios de propagação de informação e, claro, de uma história míope sobre os sujeitos aniquilados pela tropas federais.

Ao desqualificar, no discurso, a atuação dos caboclos e das caboclas a partir da supervalorização de sua suposta ignorância e primitivismo diante da modernidade almejada pelo Brasil, reduz-se a Guerra do Contestado a um movimento messiânico com características monarquistas. Se para diminuir os atos dos homens, basta negar-lhes o conhecimento, é preciso que hajam outras estratégias para invisibilizar as mulheres. No Contestado, a negação das mulheres e sua consequente invisibilidade oficial tem como base dois pilares fundamentais: a moralidade, da qual qualquer desvio será o suficiente para encaixá-la na categoria de “prostituta” e, portanto, não confiável; e a própria inexistência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Que mulheres existem no Contestado? Em toda literatura existente, as evidências das mulheres são encontradas na representação do horror da guerra. Elas existem na “pena das mulheres e crianças que jaziam inertes por todos os cantos do reduto” (CERQUEIRA, 1936 *apud* AURAS, 2015, p. 90). Existem como mortas, silenciadas pelos tiros das armas da República do Diabo, como o povo caboclo se referia a República Velha, assim como, ainda hoje, morrem em média, 12 mulheres por dia nesse país. Existem como mortas e silenciadas em um país que atualmente exalta os valores e a moral patriarcal, num recrudescimento avassalador ocorrido desde 2017 para cá.

A quem interessa que Chica Pelega não tenha existido de fato? E que Maria Rosa não seja vista como um modelo de resistência? Interessa a quem não deseja a resistência das mulheres e do povo. Mas essa intenção falha, na prática, pois Maria Rosa e Chica Pelaca são vitoriosas nesse cenário machista, elas passaram um século, enquanto figuras emblemáticas, lutando pelo papel das mulheres catarinenses e brasileiras, passando por cima do discurso de prostitutas cunhado pelos militares vitoriosos.

Chica Pelega tem sua bravura e coragem exaltada por parte do Movimento das Mulheres Camponesas (SAVOLDI; GEROLDI, 2009), e segue presente no imaginário social que a percebe como um elemento de determinação e busca por justiça. Enquanto isso, Maria Rosa dá nome à Rádio Comunitária Maria Rosa de Curitiba e está presente no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Acampamento Maria Rosa, em Paula Freitas, no Contestado paranaense. Ligadas à resistência, seguem vivas na memória, configurando a identidade de um povo (ainda) caboclo que luta por seu território, numa terra que segue em guerra pelo direito à terra, à justiça e à vida. Maria Rosa, presente! Chica Pelega, presente! Heroínas num país secularmente machista e misógino!

REFERÊNCIAS

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 5 ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

BARROS, José d’Assunção. **Os Annales e a história-problema – considerações sobre a importância da noção de “história problema” para a identidade da Escola dos Annales**. História: Debates e Tendências, v.12, n.2, jul/dez 2012, p.305-325.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

BRANDT, Marlon. **Memórias e oralidade no acesso e uso da terra em comum no Planalto de Santa Catarina.** In: Anais... IV Encontro Regional Sul de História Oral: Culturas, Memórias e Identidades, Florianópolis, 2007.

CACCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CARLOTO, Cássia Maria. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais.** Serviço Social em revista, v.3, n.2, jan/jun 2001.

DINIZ, Debora. **Perspectivas e articulações de uma pesquisa feminista.** In: STEVENS, Cristina; RODRIGUES, Susane de Oliveira; ZANELLO, Valeska. Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014, p.11-21.

ESPIG, Marcia Janete. *Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915).* 2008. 343 f. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre,2008.

ESPIG, Márcia Janete; KUNRATH, Gabriel. Os mapas de devoção a São João Maria: um estudo sobre lugares de memória e fé popular nos estados do Sul do Brasil. In: TOMPOROSKI, Alexandre Assis; ESPIG, Márcia Janete. **Tempos de muito pasto e pouco rastro.** São Paulo: Liber Ars, 2018, p. 135-154.

FELIPPE, Euclides J. **O último jagunço:** folclore na história do Contestado. Curitiba: Universidade do Contestado, 1995.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado:** uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil. 2006. 260f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

FRAGA, Nilson Cesar. **Vale da Morte:** o Contestado visto e sentido. Blumenau: Editora Hemisfério Sul, 2010.

FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado:** redes no geográfico. Florianópolis; Ed. Insular, 2017.

GRIMES, Suelen Ramos; COUTO, Nádia Regia Almeida; FORMENTIN, Claudia Nandi. **A linguagem jornalística e o feminino na guerra:** um olhar sobre a presença das mulheres na cobertura da Guerra do Contestado. Linguagens & Cidadania, v.19, número especial, jan/dez 2017.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LE GOFF, J. A história nova. In: NOVAIS, F; SILVA, R. F (Org.). **Nova história em perspectiva.** São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate:** o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, v.24, n.1, 2005, p.77-98.

POZZO, E. Maria Rosa - A que “tudo sabia”. In: DOLBERTH, A. (Org.) **Maria Rosa - a 'virgem' comandante da guerra sertaneja do Taquaruçu.** Curitiba: Thipograf, 2005.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1977.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Paris: Editora Ática S.A., 1993.

REIS, José Carlos. **A História entre a Filosofia e a Ciência.** São Paulo: Ática, 1996.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

RUBIM, S. **As mulheres no Contestado**. Brasil cultura, 2012. Disponível em: <<http://www.brasilcultura.com.br/sociologia/as-mulheres-no-contestado>>. Acesso em: 27 set. 2013.

SACK, R. 1986. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SAVOLDI, Adiles; GEROLDI, Josiane. **Presença da “luta” com Chica Pelega: narrativas caboclas nas experiências cotidianas**. Revista Grifos, n. 27, dez., 2009.

SCAPIN, Alzira. **Videira nos caminhos de sua história**. Videira: 1996

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. In: EDUCAÇÃO e realidade. V.20, nº 2, 1995. Porto Alegre: UFRS, 1995, pp. 71-97.

SILVA, Joseli Maria. **Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. Revista de História Regional, v.8, 2003, p.31-45.

SILVA. N. F. da. **As “Virgens Messiânicas”**: participação e influência das “Virgens” Teodora e Maria Rosa no Contestado (1912-1916). Revista Santa Catarina em História - Florianópolis: UFSC – Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.1, 2010.

SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Masculinidade e violência no Brasil**: contribuições para a reflexão no campo da saúde. Ciênc. Saúde coletiva, v.10, n.1, 2005, p.59-70.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **O ensino da história e a invisibilidade da mulher**. Revista Ártemis, v. 4, jun., 2006.

THOMÉ, Nilson. **Sangue, suor e lágrimas no chão contestado**. Caçador: UnC, 1992.

VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste**: memórias de sertanejos e a guerra do contestado. 2. ed. Caçador: UnC, 2000.

VASCONCELLOS, A. Stanford de. **Chica Pelega – a guerreira de Taquaruçu**. Florianópolis: Insular, 2008.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosecual y otros ensayos**. Trad. De Javier Sáez e Paco Vidarte. Barcelona: Egales, 1992.

ZATTA, Angela; ROCHA, Diego L.; FRAGA, Nilson Cesar. Virgem Maria Rosa, a Joana d'Arc do sertão do Contestado – líder máxima do povo caboclo em guerra - a menina-mulher, cujo corpo e sexualidade sobressaíram ao silêncio secular imposto pela república. In: V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2018, Londrina. **Anais...** Londrina: 2018, p.1-15.